

JUL 29

09 09 10

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA
RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, na Rodovia SP 340, Km 161, Pista Sul, s/nº, CEP 13.805-280, Bairro Sobradinho, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.417.464/0001-23, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

PENTÁGONO S.A. DTVM, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes");

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Renovias Concessionária S.A. ("Emissão" e "Escritura", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

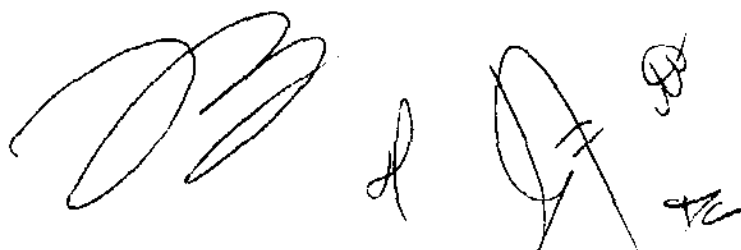
1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora ("AGE"), bem como na Reunião do Conselho de Administração da Emissora ("RCA"), ambas realizadas em 29 de janeiro de 2010, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

2. DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação das Deliberações



JUCESP

06 02 10

2.1.1.1 As atas da AGE e RCA de que trata a ~~Cláusula~~ 1.1 acima serão protocoladas para arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e serão publicadas, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2 Inscrição da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3 Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")

2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

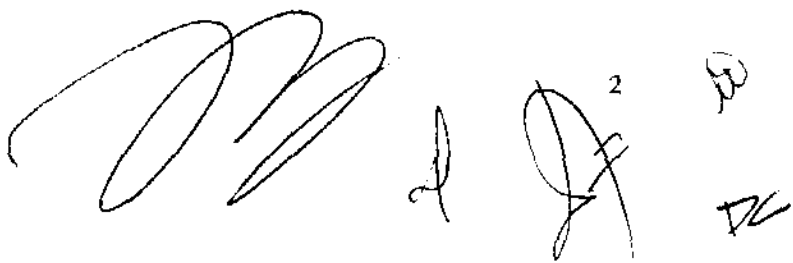
3.1.1 A Emissora tem por objeto explorar a concessão de serviço público que lhe foi outorgada pelo Estado de São Paulo, como Poder Concedente, para exploração da malha rodoviária de ligação entre os Municípios de Mococa, São José do Rio Pardo, São João da Boa Vista e Campinas, todos no Estado de São Paulo (Lote 11), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, dos serviços complementares e de apoio aos serviços não delegados, de acordo com o objeto do Contrato de Concessão decorrente do Edital de Concorrência nº 10/CIC/97, celebrado entre a Emissora e o Departamento de Estradas e Rodagem – DER/SP, cuja regulamentação, supervisão e fiscalização são realizadas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em série única, conforme descrito na Cláusula 4.1.3.1 abaixo.

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials. On the left, there is a large, stylized signature. To its right are smaller initials, including what appears to be 'J' and 'F'. Further right, there is a signature with a superscript '2' next to it, and on the far right, there are initials 'W' and 'DK'.

JUL 2004

00 02 10

3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da emissão será de R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), em série única, na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas 140 (cento e quarenta) debêntures ("Debêntures").

3.6 Banco Mandatário e Escriturador

3.6.1 O Itaú Unibanco S.A. será o banco mandatário e a Itaú Corretora de Valores S.A. será a escrituradora das Debêntures ("Banco Mandatário" e "Escrituradora", respectivamente).

3.7 Destinação dos Recursos

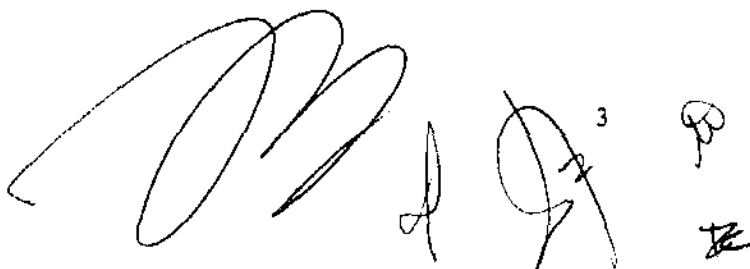
3.7.1 Os recursos captados através da presente Emissão serão destinados para o pagamento de financiamentos existentes, realização de investimentos e recomposição de caixa da Emissora.

3.8 Registro para Distribuição e Negociação

3.8.1 As Debêntures serão registradas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto em 3.9 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

3.8.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476. Somente Investidores Qualificados, observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials. On the left, there is a large, stylized signature. To its right are several smaller, more compact signatures and initials, including one that appears to be 'P' and another that looks like 'Z'.

JUCESP

08 02 10

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, com intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Instituição Intermediária"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e destinadas exclusivamente à procura de no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, e subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.9.2 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

4.1.2 Quantidade de Debêntures

4.1.2.1 Serão emitidas 140 (cento e quarenta) Debêntures, em série única.

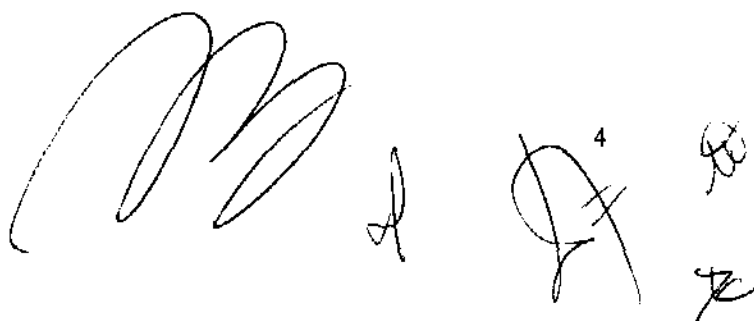
4.1.3 Número de Séries

4.1.3.1 A Emissão será realizada em série única.

4.1.4 Data de Emissão

4.1.4.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de fevereiro de 2010 ("Data de Emissão").

4.1.5 Prazo e Data de Vencimento



JUCESP

08 02 11

4.1.5.1 O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de fevereiro de 2015 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme definidos abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.6 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.6.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de caufas ou certificados.

4.1.7 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.7.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Escrituradora. Adicionalmente, quando as Debêntures estiverem custodiadas na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do debenturista.

4.1.8 *Convertibilidade*

4.1.8.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.9 *Espécie*

4.1.9.1 As Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

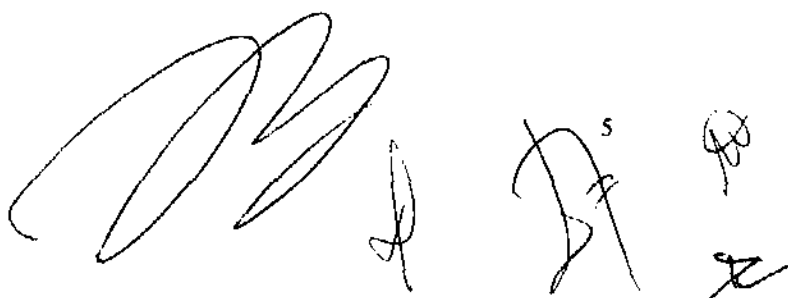
4.2 **Subscrição**

4.2.1 *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1 As Debêntures serão subscritas em uma única data a qualquer tempo, no prazo de 30 (trinta) dias após a Data de Emissão.

4.2.2 *Preço de Subscrição*

4.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário.

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials. On the left, there is a large, stylized signature. To its right are several smaller, more compact signatures and initials, including one that appears to be 'Df' and another that looks like 'R'.

JUL 09

08 02 10

4.3 Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição.

4.4 Atualização do Valor Nominal

4.4.1 Não haverá atualização do Valor Nominal das Debêntures.

4.5 Remuneração

4.5.1 *Juros Remuneratórios*

4.5.1.1 As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo (“Taxas DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, acrescida exponencialmente de um *spread* ou sobretaxa de 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal de cada Debênture, *pro rata temporis*, desde a data de sua efetiva subscrição e integralização, conforme itens 4.2.1.1 e 4.3.1 acima, ou da data do último pagamento de Juros Remuneratórios, o que ocorrer por último, até a respectiva data de pagamento de juros, nos termos da cláusula 4.5.1.2 abaixo (“Juros Remuneratórios”).

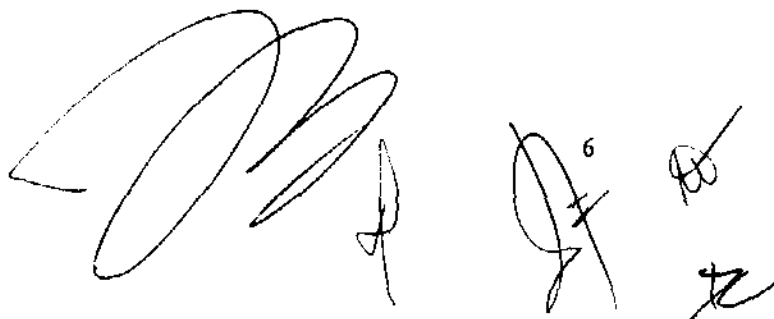
4.5.1.2 Os Juros Remuneratórios serão pagos mensalmente, no dia 1º de cada mês até a Data de Vencimento das Debêntures, sendo que o 1º (primeiro) pagamento de Juros Remuneratórios ocorrerá em 1º de março de 2010.

4.5.1.3 Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

“J” corresponde ao valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao Valor Nominal de emissão ou saldo do Valor Nominal da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



JUL 29

08 00 10

"Fator de Juros" significa o fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

"FatorDI" corresponde ao produtório das Taxas DI, desde a data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
TDI_k Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k 1, 2, ..., n;
DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"FatorSpread" significa a sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread 1,9000;
DP é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

JUL 19

08 00 00

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI})$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI})$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

"Período de Capitalização" corresponde ao intervalo de tempo que se inicia na data de efetiva subscrição e integralização das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos nas datas estabelecidas na cláusula 4.5.1.2 acima.

4.5.1.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos titulares das Debêntures, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo).

4.5.1.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), referida assembléia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das



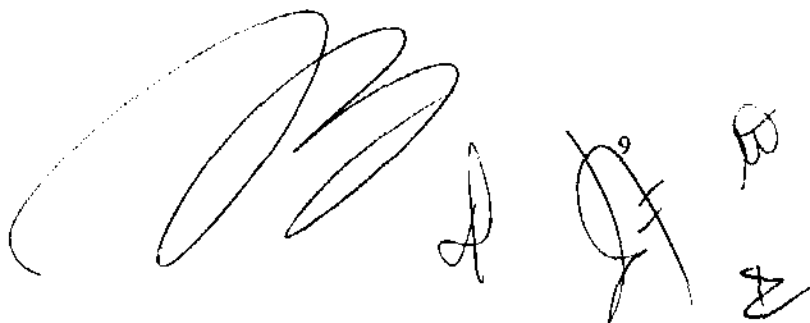
JUCESP

09 09 10

Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.5.1.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os titulares das Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), pelo saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate e dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), se for o caso, e conseqüente cancelamento, calculado *pro rata temporis*, a partir da data de subscrição e integralização ou da última data de pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou
- (ii) a Emissora resgatará antecipadamente, e, conseqüentemente, cancelará a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures e a amortização prevista nesta Escritura. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por titulares das Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), conforme estabelecido na Cláusula 8 desta Escritura, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debêntures deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser *ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis* utilizada pela Taxa DI.



JUCESP

00 02 10

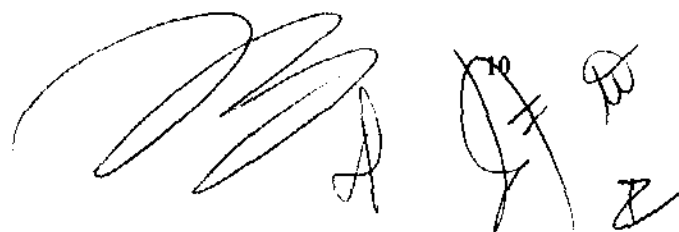
4.6 Repactuação

4.6.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.7 Amortização

4.7.1 O Valor Nominal das Debêntures será amortizado pela Emissora em 37 (trinta e sete) parcelas mensais, iguais e consecutivas, após período de Carência do Principal, conforme definido abaixo, sendo certo que a 1ª (primeira) parcela do principal será paga no dia 1º do 24º (vigésimo quarto) mês a contar da Data de Emissão e nas datas e proporções indicadas a seguir, sendo cada uma das datas uma data de amortização ("Data de Amortização"), salvo possibilidade de resgate antecipado facultativo, conforme definido na Cláusula 5.2 desta Escritura abaixo:

PARCELA	DATA DE AMORTIZAÇÃO	VALOR NOMINAL A SER AMORTIZADO (%)
1ª	01/02/2012	(2,7027%)
2ª	01/03/2012	(2,7027%)
3ª	01/04/2012	(2,7027%)
4ª	01/05/2012	(2,7027%)
5ª	01/06/2012	(2,7027%)
6ª	01/07/2012	(2,7027%)
7ª	01/08/2012	(2,7027%)
8ª	01/09/2012	(2,7027%)
9ª	01/10/2012	(2,7027%)
10ª	01/11/2012	(2,7027%)
11ª	01/12/2012	(2,7027%)
12ª	01/01/2013	(2,7027%)
13ª	01/02/2013	(2,7027%)
14ª	01/03/2013	(2,7027%)
15ª	01/04/2013	(2,7027%)
16ª	01/05/2013	(2,7027%)
17ª	01/06/2013	(2,7027%)
18ª	01/07/2013	(2,7027%)
19ª	01/08/2013	(2,7027%)
20ª	01/09/2013	(2,7027%)
21ª	01/10/2013	(2,7027%)
22ª	01/11/2013	(2,7027%)
23ª	01/12/2013	(2,7027%)
24ª	01/01/2014	(2,7027%)
25ª	01/02/2014	(2,7027%)
26ª	01/03/2014	(2,7027%)
27ª	01/04/2014	(2,7027%)
28ª	01/05/2014	(2,7027%)
29ª	01/06/2014	(2,7027%)
30ª	01/07/2014	(2,7027%)
31ª	01/08/2014	(2,7027%)



JUCESP

11 09 14

PARCELA	DATA DE AMORTIZAÇÃO	VALOR NOMINAL A SER AMORTIZADO (%)
32ª	01/09/2014	(2,7027%)
33ª	01/10/2014	(2,7027%)
34ª	01/11/2014	(2,7027%)
35ª	01/12/2014	(2,7027%)
36ª	01/01/2015	(2,7027%)
37ª	01/02/2015	(2,7028%)

4.7.2 A amortização do principal está sujeita a um período de carência de 2 (dois) anos a contar da Data de Emissão ("Carência do Principal").

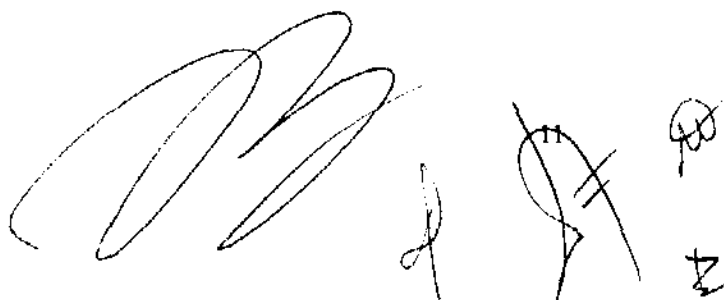
4.7.3 Não obstante o disposto na Cláusula 4.7.1 acima, a Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, amortização extraordinária parcial do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária").

4.7.4 A Amortização Extraordinária deverá ser precedida de notificação por escrito ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis à realização do pagamento da Amortização Extraordinária ("Notificação da Amortização Extraordinária") e limitada em 90% (noventa por cento) do Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal. O Agente Fiduciário e a Emissora deverão comunicar a CETIP da realização de Amortização Extraordinária com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária.

4.7.5 O valor da amortização devida pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal a ser amortizado acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos e não pagos até a data de Amortização Extraordinária ("Valor da Amortização Extraordinária").

4.7.6 A Notificação da Amortização Extraordinária deverá conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Extraordinária; e (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data para o pagamento da Amortização Extraordinária. Caso a Amortização Extraordinária ocorra durante o período de Carência do Principal, ao Valor da Amortização Extraordinária será acrescido um prêmio de 0,60% (sessenta centésimos por cento).

4.7.7 O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com os procedimentos previstos nesta Cláusula, na data indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures em circulação, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no SND.



JUCESP

08 02 10

4.7.8 No caso de Amortização Extraordinária, o percentual do Valor Nominal das Debêntures a ser amortizado nas Datas de Amortização seguintes serão ajustados para refletir o pagamento do Valor da Amortização Extraordinária.

4.8 Condições de Pagamento

4.8.1 *Local de Pagamento e Imunidade Tributária*

4.8.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas no SND, (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário, ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2 Caso qualquer titular das Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escrituradora, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.2 *Prorrogação dos Prazos*

4.8.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.8.3 *Encargos Moratórios*

4.8.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").



12

JUL 29

00 02 10

4.8.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.8.4.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do titular das Debêntures para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Amortização.

4.9 **Publicidade**

4.9.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos titulares das Debêntures, devem ser divulgados pela Emissora em sua página na rede mundial de computadores e enviados ao Agente Fiduciário e à Instituição Intermediária no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação, sendo que os editais de convocação e as atas de Assembleia Geral de Debenturistas deverão ainda, além da publicidade anteriormente descrita, ser publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal usualmente utilizado pela Emissora para suas publicações legais, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

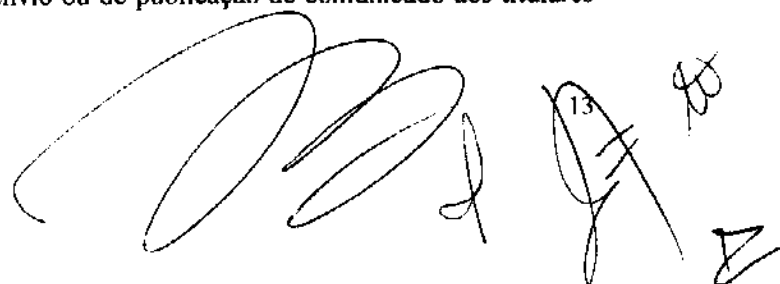
5. **DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

5.1 **Aquisição Antecipada Facultativa**

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao de seu Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.2 acima. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.2 **Resgate Antecipado Total**

5.2.1 As Debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos titulares

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page. There are three distinct signatures: a large, flowing one on the left, a smaller one in the middle, and another on the right with the number '13' written above it. There are also some initials and marks scattered around.

JUCESP

09 09 10

das Debêntures com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, informando a data e qualquer outra informação relevante aos titulares das Debêntures.

5.2.1.1 O valor de resgate devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal a ser resgatado, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado ("Valor do Resgate Antecipado").

5.2.1.2 Caso o resgate antecipado ocorra durante o período de Carência do Principal, ao Valor do Resgate Antecipado será acrescido um prêmio de 0,60% (sessenta centésimos por cento) ("Prêmio de Resgate Antecipado").

5.2.1.2.1 Os valores relativos ao Prêmio de Resgate Antecipado serão devidos aos respectivos titulares das Debêntures, e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado.

5.2.2 A CETIP deverá ser comunicada da realização do Resgate Antecipado Total com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

5.2.3 Não será admitido resgate antecipado parcial das Debêntures.

5.3 Vencimento Antecipado

5.3.1 Hipóteses de vencimento antecipado

5.3.1.1 Os titulares das Debêntures poderão, observado o disposto na Cláusula 8.8 desta Escritura, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da data de sua efetiva subscrição e integralização ou da data do último pagamento dos Juros Remuneratórios aplicáveis até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

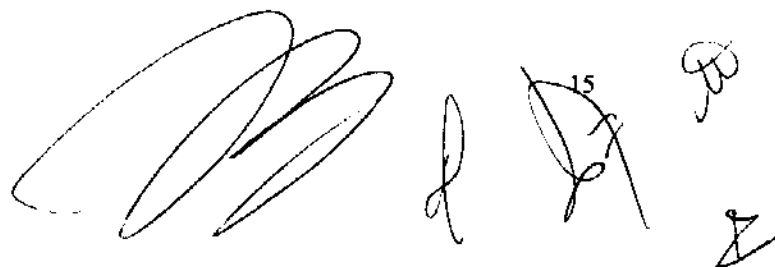
- (i) Pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, pela Encalco Construções Ltda. ("Encalco") ou pela Companhia de Concessões Rodoviárias ("CCR");



JUCESP

08 02 10

- (ii) Extinção, liquidação, dissolução, insolvência, ~~pedido de auto-falência, pedido de~~ falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora, da Encalco ou da CCR;
- (iii) Não pagamento, pela Emissora, nas datas de vencimento respectivas, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures não sanada no prazo de 1 (um) dia útil contado das respectivas datas de vencimento;
- (iv) Falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Emissão, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (v) Redução de capital social da Emissora e/ou alteração do estatuto social da Emissora que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Emissora previstas na Emissão;
- (vi) Protestos legítimos de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, ou o equivalente em outras moedas, salvo se no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado, pela Emissora, que (a) o protesto foi indevidamente efetuado, (b) o protesto foi cancelado ou sustado, ou ainda (c) foram prestadas garantias em juízo;
- (vii) Vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora ou da Encalco, não sanado no prazo de cura aplicável, se houver, em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, ou o equivalente em outras moedas, salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência for comprovado, pela Emissora ou pela Encalco, que tal vencimento antecipado ou inadimplemento ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora, ou foram suspensos os efeitos do vencimento antecipado ou inadimplemento por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (viii) Não-cumprimento, pela Emissora, de decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, ou o equivalente em outras

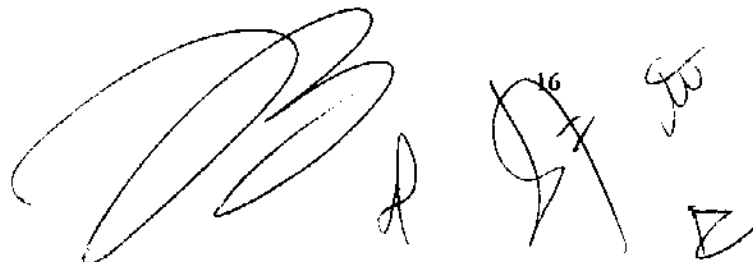
The bottom of the page features several handwritten signatures and initials. On the left is a large, stylized signature. To its right are several smaller, more distinct signatures and initials, including one that appears to be '15' and another that looks like 'Z'.

JUCEP

08 02 10

moedas, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, exceto se tal decisão ou sentença judicial for extinta, dispensada ou tiver sua eficácia suspensa durante o prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de intimação, enquanto permanecer a suspensão;

- (ix) Citação da Emissora em qualquer ação de execução (ou conjunto de ações de execução) para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data da respectiva citação, tiver sido comprovado que foi oferecida ou indicada em juízo uma garantia de pagamento nos termos da lei processual aplicável;
- (x) Pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias nos termos desta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
- (xi) Transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada;
- (xii) Ocorrência de (a) incorporação, cisão ou fusão envolvendo a Emissora ou (b) qualquer alteração na composição societária da Emissora, incluídas qualquer alienação, cessão ou transferência de ações do capital social da Emissora, em operação isolada ou série de operações, que resulte na perda, pela CCR e/ou pela Encalco, do Poder de Controle da Emissora, conforme definido abaixo, em qualquer dos itens (a) e (b) acima sem o prévio consentimento dos titulares das Debêntures. Para fins desta Cláusula "Poder de Controle" seguirá as definições constantes no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa;
- (xiii) Término antecipado da concessão do direito de exploração de qualquer rodovia de que a Emissora seja titular;
- (xiv) Desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na perda da propriedade ou posse direta de parte substancial de seus ativos ou na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete



JUL 97

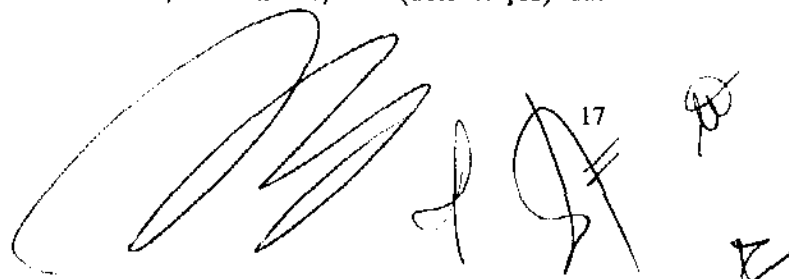
09 02 10

substancialmente a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas às Debêntures;

- (xv) Caso a Emissora (i) realize novas emissões de debêntures exceto da espécie subordinada ou cuja destinação dos recursos seja limitada a contratação de dívidas de longo prazo para o financiamento de investimentos não previstos no contrato de concessão do direito de exploração de qualquer rodovia de que a Emissora seja titular, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do referido contrato de concessão e (ii) contraia ou mantenha empréstimos de capital de giro no curso normal das atividades da Emissora, que excedam, a qualquer momento, o valor principal total de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), valor este devidamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste da tarifa nos termos do referido contrato de concessão, sem prévia aprovação dos titulares das Debêntures em Assembleia Geral de Debenturistas. Para efeito desta Cláusula, entende-se por empréstimo de capital de giro, qualquer financiamento contraído junto a instituições financeiras com prazo máximo de 1 (um) ano;
- (xvi) A Emissora prestar fiança ou outras garantias ou assumir obrigações de qualquer natureza, em qualquer dos casos em benefício de terceiros; e
- (xvii) Emissora deter participação societária em qualquer sociedade.

5.3.1.2 A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens (i), (ii), (iii), (vi), (vii), nestes casos apenas com relação a vencimento antecipado de obrigações da Emissora, e nos itens (xiii), (xiv) e (xv) acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, os quais deverão ser tempestivamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

5.3.1.3 Na ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento não mencionados no parágrafo anterior, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para deliberar sobre o vencimento antecipado ou não das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8 desta Escritura. Caso decidam a favor do vencimento antecipado das Debêntures, tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia, por deliberação de titulares das Debêntures representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das



17

JUCEP

08 02 10

Debêntures em circulação.

5.3.2 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia à CETIP, e (b) ao Banco Mandatário informando tal evento.

5.3.3 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 3 (três) dias úteis, a contar do protocolo da carta mencionada na Cláusula 5.3.2 acima na CETIP.

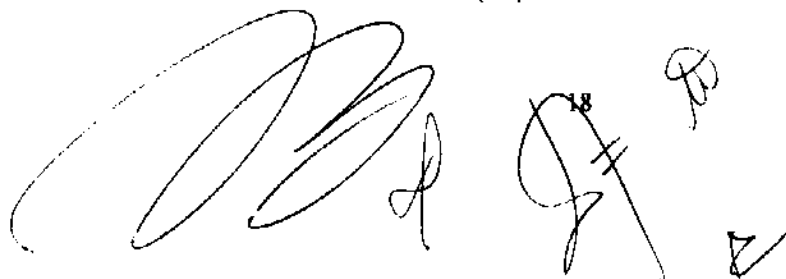
5.3.4 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.3 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.8.3 acima.

5.3.5 No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados nesta Cláusula 5.3 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.3.2 acima, no que diz respeito às Debêntures registradas no SND, para que a realização do pagamento de que trata a Cláusula 5.3.4 acima ocorra através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações: (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (b) dentro de 15 (quinze) dias após sua realização, notificação da convocação de qualquer assembléia geral de acionistas e, prontamente, fornecer cópias de todas as atas de todas as assembléias gerais de acionistas, bem como a data e ordem do dia da assembléia a se realizar; (c) cópia de qualquer decisão ou sentença judicial envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em até 30 (trinta) dias corridos da publicação de tal decisão ou sentença judicial; (d) informações a respeito de qualquer dos Eventos de Inadimplemento indicados na Cláusula 5.3 acima imediatamente após a sua ocorrência; e (e) todos os dados financeiros, desde que estes dados sejam públicos, e atos societários necessários à conclusão do relatório citado no item 7.3(xii) desta

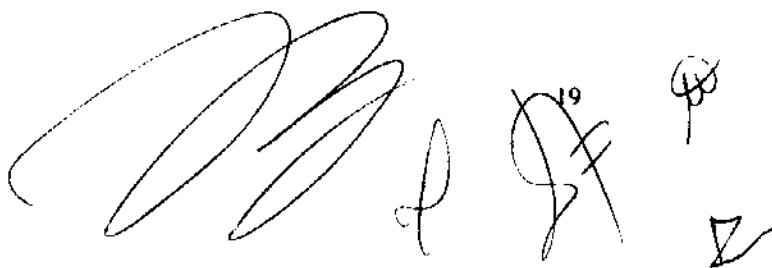


JUCESP

09 09 10

Escritura, que venham a ser solicitados pelo ~~Agente Fiduciário~~, devendo ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM;

- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas: (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM; (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social; (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente a Instituição Intermediária; e (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) dia útil a contar da data do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009;
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com



JUL 59

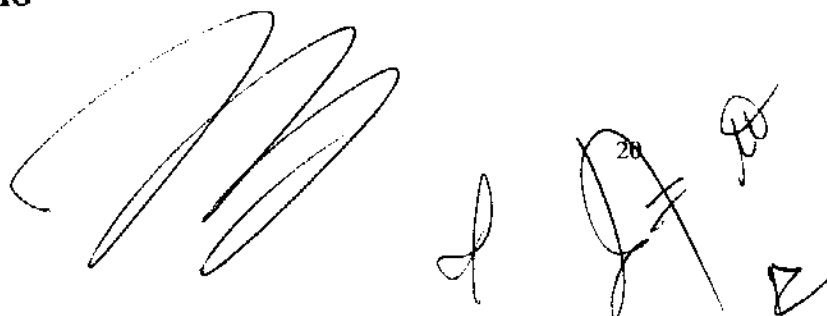
09 09 11

a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8^a desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;

- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos titulares das Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento, previstos na Cláusula 5.3.1.1;
- (xi) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- (xiii) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Mandatário;
- (xiv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xv) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável; e

7.

DO AGENTE FIDUCIÁRIO

The block contains several handwritten signatures and initials. On the left, there is a large, stylized signature. To its right are several smaller initials and signatures, including one that appears to be 'd', another 'F', and a signature with the number '20' written above it. There are also some other illegible marks and initials.

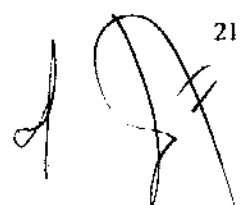
JUL 29

09 09 10

7.1 A Emissora constitui e nomeia Pentágono S.A. DTVM como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de titulares das Debêntures perante a Emissora ("Agente Fiduciário").

7.1.1 O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; e
- (x) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto.



JUCESP

09 09 10

7.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares das Debêntures que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos titulares das Debêntures, solicitando sua substituição.


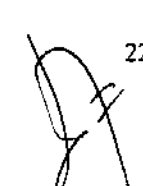
7.2.4 É facultado aos titulares das Debêntures, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim.

7.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

  22



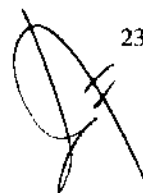



JUCESP

09 02 10

7.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:


- (i) proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares das Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (ix) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às suas expensas, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;



JUE 59

03 02 10

- (x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9 desta Escritura;
- (xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembléia;
- (xii) elaborar relatório destinado aos titulares das Debêntures, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as informações a seguir descritas: (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora; (b) alterações estatutárias ocorridas no período; (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora; (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (e) amortização do Valor Nominal e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração; (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (xiii) colocar o relatório de que trata o item (xii) acima à disposição dos titulares das Debêntures no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário; (c) na CVM; e (d) na sede da Instituição Intermediária, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- (xiv) enviar comunicado aos titulares das Debêntures de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiii) acima;



24

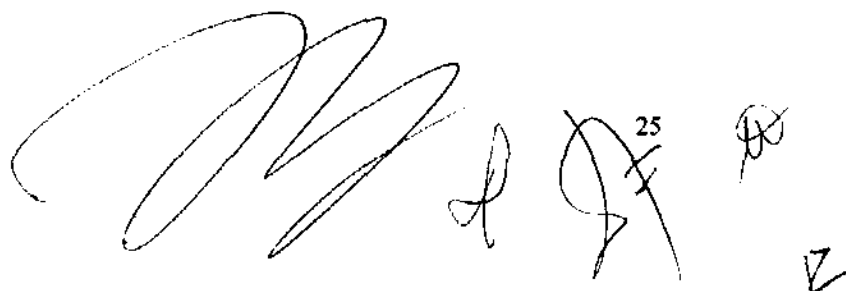
JUL 29

09 09 10

- (xv) manter atualizada a relação dos titulares das Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Escrituradora e à CETIP;
- (xvi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xviii) notificar os titulares das Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (xix) não ser obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

7.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos titulares das Debêntures; e
- (iv) representar os titulares das Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller initials and marks on the right, including a circled '25'.

JUCESP

08 09 10

7.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.4 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.4 (iv) acima.

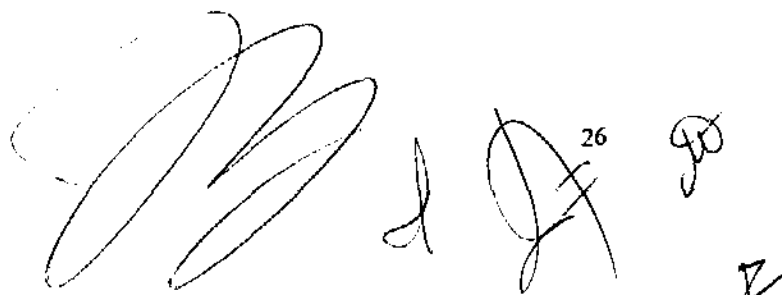
7.6 Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, parcelas anuais de R\$18.000,00 (dezoito mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a assinatura da presente Escritura, e as demais parcelas seguintes na mesma data dos anos subsequentes.

7.6.1 No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, caso aplicável; (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com os titulares das Debêntures; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (a) de garantias, caso aplicável, (b) prazos de pagamento e (c) condições relacionadas ao vencimento antecipado.

7.6.2 As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.6.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração prevista nesta Cláusula, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão, sem prejuízo da atualização monetária pelo IGP-M ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo.

7.6.4 Os impostos vigentes à época do pagamento que incidirem sobre a remuneração do Agente Fiduciário, tais como ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), excetuando o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), serão acrescidos a remuneração proposta, de forma que esta seja paga líquida de impostos.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller initials on the right, one of which is marked with the number 26.

JUL 99

09 02 10

7.6.5 As parcelas da remuneração referenciadas nos itens 7.6 e 7.6.1 acima serão atualizadas, pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão.

7.6.6 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.6.7 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados.

7.6.8 Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.6.9 A remuneração não inclui as despesas com publicações, notificações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação e prestação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, se assim possível. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

7.7 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures ou para realizar seus créditos.

7.7.1 O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.7 acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.7.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares das Debêntures deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos titulares das Debêntures e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

7.7.3 Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares das Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no



JUL 29

08 09 10

exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos titulares das Debêntures.

7.7.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares das Debêntures, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos titulares das Debêntures para cobertura do risco da sucumbência.

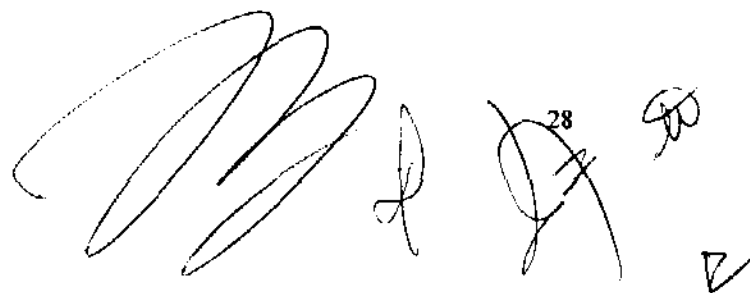
7.7.5 As despesas a que se refere à Cláusula 7.7 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) obtenção de certidões;
- (iii) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas;
- (iv) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares das Debêntures; e
- (v) despesas com custas cartorárias e com correios necessários ao desempenho da função fiduciária que lhe é inerente.

7.7.6 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares das Debêntures que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

8.

DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials. On the left is a large, stylized signature. To its right are several smaller initials and signatures, including one that appears to be '28' and another that looks like '20'. There is also a small 'Z' at the bottom right.

00000000

00 00 00

8.1 Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das Debêntures ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por titulares das Debêntures que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM.

8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de titulares das Debêntures que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de titulares das Debêntures.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares das Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

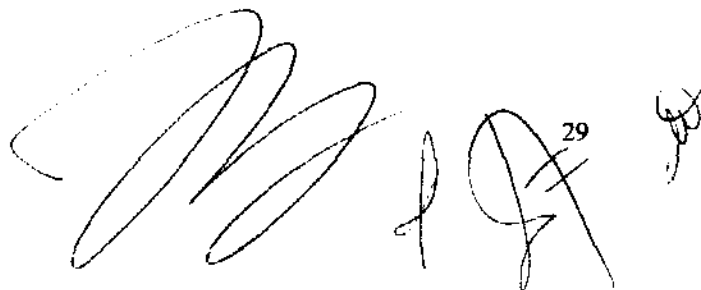
8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura, e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de vencimento antecipado que dependerão da aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

8.8.1 A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos titulares das Debêntures com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

9.1 A Emissora declara e garante que:



29

JUCESP

00 00 00

- (i) é sociedade por ações de capital fechado devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP e o registro das Debêntures na CETIP;
- (vii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (viii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador, em observância ao princípio da boa-fé;
- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os



JUL 29

08 09 10

princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;

- (x) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 desta Escritura; e
- (xi) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S.A.

Rodovia SP 340, Km 161, Pista Sul, s/nº

CEP 13.805-280- Mogi Mirim, SP

At.: Rogério Sá Fortes

Telefone: 019 3814 2020

Fax: 019 38142001

e-mail: rsafortes@renovias.com.br

- (ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DTVM

Av. das Américas, nº 4200

Sala 514, Bloco 04

CEP 22640-102 - Rio de Janeiro, RJ

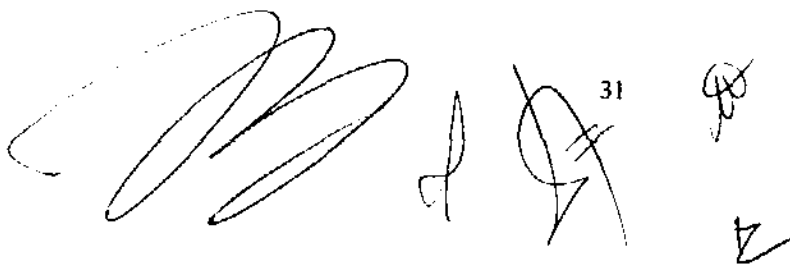
At.: Marcelo da Costa Ribeiro

Tel: 021 3385 4565

Fax: 021 3385 4046

e-mail: marcelo@pentagonotrustee.com.br e trustee@pentagonotrustee.com.br

- (iii) Para o Banco Mandatário:



JUCESP
08 02 10

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Avenida Engenheiro de Arruda Pereira, 707 – 7º andar
CEP 04309-010 – São Paulo - SP
At.: Luiz Loureiro
Tel: 011 5029 1905
Fax: 011 5029 1920
e-mail: luiz.loureiro@itau-unibanco.com.br

(iv) Para a Escrituradora

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Engenheiro de Arruda Pereira, 707 – 7º andar
CEP 04309-010 – São Paulo - SP
At.: Luiz Loureiro
Tel: 011 5029 1905
Fax: 011 5029 1920
e-mail: luiz.loureiro@itau-unibanco.com.br

(v) Para a CETIP:

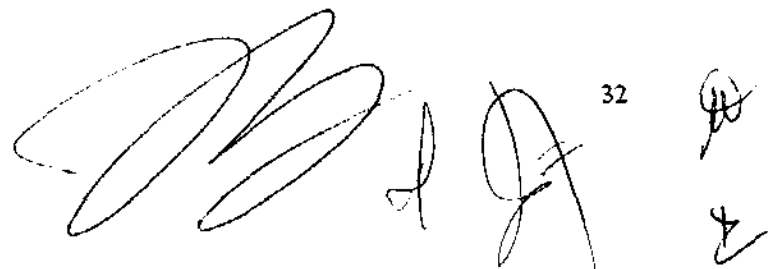
CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar
20031-170 - Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar
01009-000 - São Paulo, SP
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564

10.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.



Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

JUCESP

09 09 10

10.1.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Quando for o caso, os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Mandatário, ao Agente Fiduciário e à Escrituradora pela Emissora.

10.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente "dia útil" será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

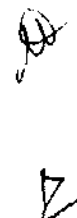
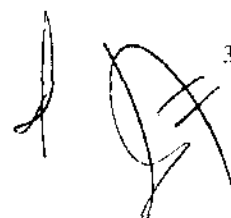
10.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos titulares das Debêntures em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.



JUCESP

08 02 10

11. FORO

11.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 29 de janeiro de 2010.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) próximas páginas)

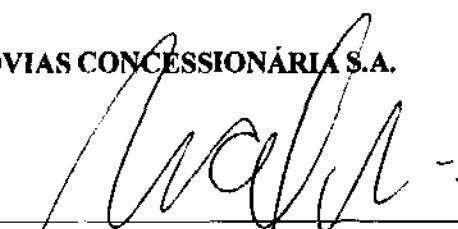
The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials. On the left is a large, stylized signature. To its right are several smaller, more distinct signatures and initials, including one that appears to be a circled 'P' and another that looks like a stylized 'Z'.

JUCESP

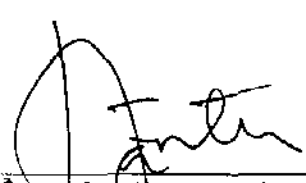
08 09 10

página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debênturas Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Renovias Concessionária S.A. 1/3

RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S.A.

Por:  ALBERTO BAEDADE

Cargo: DIRETOR SUPERINTENDENTE

Por:  ROGÉRIO DE LIMA SA FORTES

Cargo: DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES






JUCESP

09.09.10

página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Convertíveis em Ações, da Espécie Subordinada, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Renovias Concessionária S.A. 2/3

PENTÁGONO S.A. DTVM

Mariza Lago Zanotti
Por: MARIZA LAGO ZANOTTI
Cargo: PROCURADORA

JUCESP

00 00 00

página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debênturas Simples, não conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Renovias Concessionária S.A. 3/3

Testemunhas:

Daniela F. Evangelista
Nome: DANIELA FIORI EVANGELISTA
RG: 26.391.587-6

David T.M. Correa
Nome: DAVID TADEU MAURIN CORREA
RG: 27.833.1241-2

SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
DEBÊNTURE
CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO
KÁTIA REGINA BUENO DE GODOY
SECRETÁRIA GERAL
ED000493-5/000

JUCESP

[Handwritten signatures]